

Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva¹

HELOÍSA BUARQUE DE ALMEIDA

JÚLIO ASSIS SIMÕES

LAURA MOUTINHO

LÍLIA MORITZ SCHWARCZ

A proposta de realização do PROCAD USP/UFPA, que contou com apoio da CAPES, foi concomitante à formulação da linha de pesquisa de marcadores sociais da diferença no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, com a consequente criação do NUMAS - Núcleo de Estudos de Marcadores Sociais da Diferença, articulando quatro pesquisadores: Lilia Moritz Schwarz, Julio Assis Simões, Heloisa Buarque Almeida e Laura Moutinho. Neste texto, oferecemos um relato das dimensões institucionais, intelectuais e afetivas que presidiram a criação da linha e do Núcleo, procurando situar fontes de influência e contextos de interlocução, além de vislumbrar alguns dos cenários e desafios postos por esta perspectiva de produção de conhecimento. Falamos de influências, diálogos, estratégias de análise e questionamentos que reaparecem, sob formas diversas, nos capítulos que compõem esta coletânea.

Ainda que não tenhamos nos dedicado de modo exaustivo, nessa breve reflexão, aos financiamentos para pesquisa e formação de alunos e de redes de diálogo em âmbitos nacional e internacional, faz-se necessário destacar que sem o apoio em diferentes momentos e de distintas formas da CAPES, do CNPq, da Fapesp, da Faperj e da Fundação Ford esse campo jamais teria sido articu-

¹ Esse texto foi realizado a partir de uma fala proferida por Julio Assis Simões no encontro de comemoração dos 10 anos do Numas, no dia 8 de junho de 2018. É dele, portanto, toda a base deste ensaio, que só virou “coletivo” graças à generosidade de Júlio.

lado e se expandido da forma como hoje conhecemos. Todos os professores vinculados ao NUMAS são bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, com projetos na área dos Marcadores Sociais da Diferença com interfaces com outros campos do conhecimento como história, populações africanas e afro-brasileiras, movimentos sociais, saúde e direito humanos.

Cenário institucional

A iniciativa de criar uma linha de pesquisa sobre “marcadores sociais da diferença”, no âmbito da Universidade de São Paulo, representou uma resposta à dupla necessidade de revitalizar a tradicional linha de pesquisa sobre “relações raciais” e, ao mesmo tempo, de incorporar uma demanda crescente de interesses de pesquisa nas temáticas de gênero e sexualidade.

Essa necessidade foi reforçada tanto por exigência dos procedimentos de avaliação da pós-graduação – que incitava os programas a reconstituírem seus respectivos quadros de linhas de pesquisa – como também por iniciativas decorrentes de um diagnóstico interno. O grupo de “relações raciais” havia perdido não só parte de seu corpo docente, mas necessitava também de uma reorientação no sentido de colocar em debate a relação de “raça” com outros eixos de diferenciação, para além da conexão privilegiada com classe. Da maneira como se encontrava, havia uma certa “essencialização” da categoria, a despeito da crítica interna ao termo e seu viés biologizante.

Havia, também, uma resposta da direção da USP à reivindicação por contratação de docentes, que motivara uma importante mobilização da comunidade universitária no começo dos anos 2000. Segundo determinação da reitoria à época, demandas por novos quadros teriam de ser justificadas em função de necessidades específicas de ensino e pesquisa, fosse para cobrir áreas tradicionais e carentes ou para desenvolver novas. Por conta dessa nova oportunidade, houve uma avaliação externa do Departamento de Antropologia, em 2004-2005, encomendada pela própria USP. Participaram dessa missão as professoras Verena Stolcke (Universidad Autónoma de Barcelona) e Mariza Peirano (Universidade de Brasília), que trataram de visitar laboratórios, salas de aula, biblioteca, e também conversaram muito com os professores e com o departamento de uma maneira geral. No relatório que elas produziram, salientaram, entre outros aspectos, que era preciso renovar a área de “relações raciais”, a começar pela mudança de nome, que causava (e ainda causa) muita reação; e que seria importante ao departamento e ao programa desenvolverem novas linhas que abarcassem gênero, tema inteiramente ausente na antropologia da USP, nesse começo dos anos 2000.

Um primeiro texto de justificativa de criação dessa nova linha foi, então, escrito a quatro mãos, por Lilia Schwarcz e Julio Assis Simões, tentando exatamente fazer a ponte entre os estudos de “relações raciais” e sua história nas ciências sociais da USP, mas também realçando suas limitações em face aos desafios colocados pelo debate teórico e pela agenda social que então se impunha a nós. Uma parte desse texto foi depois usada em 2007 para montar o projeto de cooperação acadêmica (PROCAD) com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, e suas questões centrais foram apresentadas no prefácio que Lilia escreveu mais tarde, na publicação que resultou desse projeto (Cancela, Moutinho & Simões, 2015).

A importância de tratar marcadores sociais da diferença não mais como categorias e conceituações isoladas, mas em relação, já era evidente. Uma primeira definição, que Julio e Lilia escreveram juntos, para justificar a criação da linha, seguia esta argumentação, a partir da reflexão sobre significados e usos de raça e cor. Achamos que vale a pena recordá-la aqui:

Trata-se de um repertório de categorias ambivalentes; e, como bem concluiu Homi Bhabha, para outro contexto, se a fixidez é um signo da diferença cultural histórica e racial no discurso do colonialismo, estamos, no caso brasileiro, diante de múltiplos significados em uma combinatória de termos que apontam para novas formas de construção de alteridades (Bhabha, 1998, p. 205). Pode-se dizer, inclusive, que, na mesma medida em que traduzem hierarquias sociais, tais nomes repõem ambivalências, próprias ao contexto e à manipulação dos indivíduos que se autoclassificam. Afinal, a cor indica um lugar socialmente reconhecível e pré-estabelecido, mas passível, quiçá, de transformações.

O tema da cor/ raça passa a acondicionar, assim, elementos socioeconômicos, regionais e estéticos, mas também elementos interpretativos, acusatórios e éticos, sempre diacríticos. Contudo, é preciso destacar como, mais recentemente, o tema tem sido agitado, sobretudo a partir da questão da diferença social e das desigualdades. Nesse sentido, vale pena, e como observou Crapanzano (2002), indagar sobre as condições pragmáticas por meio das quais as categorias de um sistema classificatório são definidas e aplicadas. Em vez de pensarmos em raça, gênero, sexo, idade, cor e classe como categorias normativas e monolíticas, cabe entendê-las, antes, como categorias empíricas e relacionais, que emergem de confrontações interpretativas, de diferentes modos de operar e atualizar sistemas de classificação social.

Eles funcionam, assim, e conforme mostrou Pina-Cabral para o caso de Macau, como dinâmicas relacionais, ou “identidades continuadas”. São marcas de relações e sinalizadores emocionais (Pina-Cabral, 2005). Claro está que cor não é nome, mas é uma forma de nominação, que, no caso de nosso jogo, é externa, mas tam-

bém auto-atribuída. Como disse Geertz (1978, p. 321), “as sociedades, como as vidas, contêm suas próprias interpretações”; e quem sabe a cor seja uma maneira de nomear a nossa. Isso, se não cairmos no engano de pensar que a cultura se fecha em si e é imune à mudança.

Cor surge, a um só tempo, como regra de integração, mas também como forma de distinção. Por outro lado, não é por mera coincidência que, nesses tempos recentes, e tomados pelo debate das cotas, a “raça” tenha voltado como categoria política no Brasil e o ambiente acalorado ganhado um tom cada vez mais emocional.

Como se pode notar, a nota apresentava raça e cor a partir de uma sustentação teórica, que visava abordar o tema sob o viés antropológico. Isso se coadunava com os trabalhos realizados por Lilia, na temática, e também, em parte, com a reflexão desenvolvida por colegas no IFCS-UFRJ (Maggie & Rezende, 2002; Fry, 2005). A nota anunciava, ainda, a tensão do debate de cotas que, ao menos na USP, recém se iniciava naquele contexto.

A primeira menção à nova linha de pesquisa apareceu no Relatório Capes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, de 2006, referido ao ano base de 2005, nos seguintes termos:

Ressaltamos a proposta de renovação da tradicional área de relações raciais que, conforme sugerido em avaliação anterior, foi reformulada em termos de marcadores de diferença, incorporando nesse campo a temática das relações de gênero. A nova área visa reunir estudos que focalizam a produção social da diferença por meio da articulação de categorias de raça, gênero, sexo [sic], idade e classe, tanto do ponto de vista da configuração de sistemas de classificação social, como de sua materialização e operacionalização em corpos e identidades coletivas.

Como parte dos objetivos então definidos, determinou-se que no ano seguinte seriam “contratados 2 novos docentes” para essa linha. Com a realização do concurso, a área dobrou de tamanho, por assim dizer, e ganhou mais corpo e presença dentro do departamento.

Esse concurso aconteceu em julho de 2006, quando foram aprovadas Heloisa Buarque de Almeida e Laura Moutinho para integrarem a nova linha. E logo em 2007, já então com as duas professoras contratadas e atuantes, formou-se o Núcleo de Estudo dos Marcadores Sociais da Diferença, o Numas. A sigla continha uma “brincadeira interna”, garantindo um pouco de piada, o que é sempre importante em todo bom núcleo de trabalho. Na época, a expressão “estar numas”, retirada de peças do grupo teatral “Asdrúbal Trouxe o Trombone”, dos anos 1970, ainda era bastante utilizada e tinha um significado em tudo indeterminado, ambivalente e contextual. “Estar numas” podia significar

que a pessoa estava chateada, que ia levando, que estava tomada por alguma cisma, ou que simplesmente se encontrava relaxada: enfim, “numas”.

Foi assim, com muito bom humor e muita vontade, que formamos o Numas, logo “adotado” por nossos estudantes, que sempre fizeram toda a diferença nos esforços de organização, difusão, debate e assessoria.

Cenário intelectual e afetivo

Essa é a história institucional resumida da criação do Numas. Mas, como se trata aqui de “puxar pela memória”, vale a pena narrar também a história do cenário intelectual-afetivo em que se formou o Núcleo, o que implica explicitar uma rede de amizades e afinidades que nos juntaram, para além das contingências institucionais.

Começamos, pois, pela relação de Lília e Júlio, que é muito mais antiga do que esse tempo em que passaram a ser colegas de departamento. Lília e Julio têm a mesma idade, fizeram graduação na mesma época na USP, na segunda metade dos anos 1970 – ela em História, ele em Ciências Sociais – mas só foram se conhecer em 1981, quando ambos ingressaram na mesma turma do Programa de Mestrado em Antropologia Social da Unicamp. Naquele momento, em particular, estudar antropologia na Unicamp significava a certeza de tomar parte de um ambiente intelectual muito especial. O programa tinha sido formado em 1970 pelo triunvirato Verena Stolcke, Peter Fry e Antonio Augusto Arantes e, ao longo da década, reunira uma série de professores e pesquisadores de primeiro time, como Manuela Carneiro da Cunha, Mariza Corrêa, Bela Feldman-Bianco, Alba Zaluar, Suelly Kofes, Carlos Brandão, Ana Maria de Niemeyer, José Guilherme Magnani, Guita Grin Debert, entre outros. Com exceção de Verena Stolcke, (que regressara a Barcelona um pouco antes), todos esses nomes foram professores de Julio e Lília, e muito importantes em suas respectivas formações.

Foi exatamente nesse período, no começo dos anos 1980, que a produção de antropólogos e antropólogas da Unicamp em torno do que mais tarde chamaríamos de “marcadores sociais da diferença” passou a circular mais publicamente. Recordamos aqui duas coletâneas especiais – Colcha de Retalhos (Almeida et al., 1982) e Caminhos Cruzados (Eulalio et al., 1982) – ambas publicadas pela Editora Brasiliense no mesmo ano em que também saiu a coleção de artigos de Peter Fry, Para inglês ver, que trazia seus dois textos, hoje clássicos, sobre homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros e sobre construção histórica da homossexualidade (Fry, 1982a; 1982b). Cabe lembrar

ainda a pesquisa pioneira de Verena Stolcke focalizando a intersecção histórica entre raça, gênero e classe (Stolcke, 1974), cuja influência se ampliaria por meio de seus trabalhos publicados na década de 1990, com destaque para o seminal “Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?” (Stolcke, 1991; 1993).

Não apenas os professores da Unicamp eram muito interessantes e atuantes: havia também excelentes colegas de turma. Lília e Júlio fizeram parte da mesma turma de muita gente que seguiu na carreira na disciplina, como Heloisa Pontes, Marina Cardoso, Nadia Farage, Paulo Santili, entre outros. Em turmas imediatamente posteriores entraram Sonia Hotimsky, Silvana Rubino, Néstor Perlongher, entre outros. Também estavam por lá, finalizando sua graduação em Ciências Sociais, Maria Filomena Gregori (a Bibia), que ingressou logo depois no mestrado na USP, e Sérgio Carrara, que foi estudar no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Ali, portanto, formaram-se relações e redes que viriam frutificar mais tarde.

Lília e Júlio se afastaram por um tempo. Lília tornou-se professora na Unicamp, depois veio para USP, e Júlio só foi fazer o doutorado nos anos 1990, passou antes pelo programa de formação de quadros do Cebrap (junto com Bibia Gregori, além de Esther Hamburguer, Helena Abramo e Helena Sampaio, que haviam sido suas contemporâneas de graduação na USP) e foi professor na Escola de Sociologia e Política, levado por Sonia Hotimsky. Lília e Júlio viriam a se reencontrar por ocasião de um concurso de seleção de docentes no Departamento de Antropologia da USP em 2001, e por mera coincidência. Lília era a presidente da banca e testemunha ter tomado um “susto” ao ver o nome de Júlio na lista de candidatos. Foi essa reaproximação que resultou na criação da linha nova de pesquisa – e, também, entre outras consequências, no curso de “Antropologia IV a Quatro Mãos” (que foi oferecido por ambos em três ocasiões: 2006, 2009 e 2011). Nessas experiências didáticas, de alguma maneira afinavam a perspectiva de fazer dialogar raça (área de especialização de Lília) e gênero e sexualidade (áreas em que Júlio passou a atuar e que praticamente inaugurou ao entrar no departamento de antropologia da USP).

Hora de incluir as outras duas “fundadoras” do Numas: Heloisa e Laura. No caso de Júlio, tratar da entrada delas no departamento permite falar dos vínculos privilegiados que ele manteve com dois outros núcleos, que foram centrais não só para o Numas, mas para o rumo dos debates intelectuais e políticos no campo de gênero e sexualidade: o Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp, formado por pesquisadoras em torno de Mariza Corrêa, em 1993 (Corrêa, 2001); e o CLAM – Centro Latino-Americano em Sexualidade e

Direitos Humanos, sediado no Instituto de Medicina Social da UERJ e instituído em 2002, sob a coordenação de Sérgio Carrara e Maria Luiza Heilborn.

Nesse começo dos 2000, Heloisa e Laura eram recém-doutoras. As duas haviam ganhado os prêmios EDUSC-ANPOCS com suas teses de doutorado, que viraram livros de grande impacto no campo (Almeida, 2003; Moutinho, 2004). A essa altura, ambas atuavam como pesquisadoras, Heloisa no Pagu, Laura no CLAM.

Heloisa e Júlio já se conheciam dos tempos em que faziam doutorado na Unicamp. Guita Debert era a orientadora dos dois. Ambos haviam trabalhado juntos durante um breve tempo na Escola de Sociologia e Política, tendo em Sonia Hotimsky uma amiga comum. Outra amiga comum era Regina Facchini, ex-aluna de Júlio na Escola de Sociologia e Política, que então concluía seu mestrado na Unicamp, sob orientação de Guita Debert e Bibia Gregori.

Durante o doutorado, Heloisa participou de um famoso “grupo de estudos de gênero”, junto com colegas que faziam pós-graduação na mesma época da Unicamp e que incluía também alguns pesquisadores de fora. O grupo realizava reuniões periódicas e práticas sistemáticas de leitura, com ênfase em trabalhos autoras feministas de diversas vertentes, como Gayle Rubin, Judith Butler, Donna Haraway, Anne McClintock, Avtar Brah, muitas das quais foram traduzidas e publicadas nos Cadernos Pagu. Para a articulação desse grupo foram centrais o curso sobre “Questões de Gênero” ministrado por Mariza Corrêa na Unicamp, em 1997, bem como outro programa de disciplina, em 1998, feito em conexão com a vinda ao Brasil de Marilyn Strathern, incluindo a leitura, tradução e discussão de *O gênero da dádiva* (Strathern, 2006), além de outros trabalhos desenvolvidos pela antropóloga britânica nos anos 1990 sobre parentesco e tecnologias reprodutivas (Strathern, 1992). Em 2003, Heloisa e algumas dessas colegas do grupo de estudos (Martha Celia Ramírez, Érica Renata de Souza e Rosely Gomes Costa) organizaram uma coletânea marcante (e hoje rara): *Gênero em matizes* (Almeida et al., 2002), com prefácio assinado por Mariza Corrêa e posfácio por Verena Stolcke, que continha trabalhos realizados por aquela nova geração de pesquisadores formada na Unicamp na passagem do milênio.

Parte dessa reflexão veio desembocar no Projeto Temático “Gênero, Corporalidades”, reunindo pesquisadoras vinculadas ao Pagu, que começou a ser elaborado em 2003 e funcionou de 2004 a 2009. Esse projeto, coordenado por Mariza Corrêa e Guita Debert, visava “examinar, à luz das questões introduzidas pelos estudos de gênero, como as características tidas como masculinas e femininas perpassam as convenções e normatizações sobre o corpo

e como elas permeiam saberes e práticas”. Júlio foi convidado a integrar esse projeto no eixo que contemplava práticas corporais, sexualidade e erotismo, junto com Bibia Gregori e Adriana Piscitelli. Em meio às primeiras discussões da equipe, Julio recorda o impacto causado pelo livro de Anne McClintock, *Couro imperial* (McClintock, 2010), cujo capítulo 3 (“Couro imperial: raça, travestismo e culto à domesticidade”) fora traduzido e publicado no número 20 dos *Cadernos Pagu*, em 2003. De certa forma, a ideia central da linha de pesquisa dos marcadores sociais da diferença pode ser sintetizada no trecho do prefácio da autora, hoje famoso, em que ela afirma que “raça, gênero, classe... existem em relação entre si e através dessa relação – ainda que de modos contraditórios e em conflito.” (McClintock, 2010, p. 19, grifos no original).

Essas influências combinavam-se produtivamente com outras, já em curso. No caso de Lilia, foi importante contar com a orientação de Manuela Carneiro da Cunha, em seu doutorado da USP. No livro *Negros estrangeiros*, Manuela retomava em outros termos a desconstrução da noção de identidade desencadeada pelos estudos de etnicidade, mostrando como a identidade era, antes, uma “estratégia de diferenças”: uma construção política, relacional e contrastiva (Carneiro da Cunha, 1985, p. 206). A ideia de “diferenças em relação” já estava presente, portanto, nesses escritos que influenciariam uma geração de intelectuais que trabalhavam não só com história indígena no Brasil (Carneiro da Cunha, 1992), mas também com história racial. História e tempo surgiam, já então, como outros marcadores.

Lilia havia aderido ao Grupo de Trabalho “Pensamento Social no Brasil”, um dos mais tradicionais da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), ao lado de Sergio Miceli, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Mariza Correa, Heloisa Pontes e Fernanda Peixoto, entre outros. Uma proposta central desse GT era produzir novas análises das interpretações brasileiras, de forma menos “eurocêntrica” e mais contextualizada com as questões históricas e políticas nacionais. O livro *Espetáculo das raças* (Schwarcz, 1993) nasceu deste debate, interpelando raça, corporalidade, cidadania e nação como categorias fundamentais em relação. A própria noção de tempo passava a ser articulada, de maneira a privilegiar o modo como diferentes “gerações” pensavam a nação e sua própria identidade.

Lilia havia sido professora de Heloisa, na graduação em Ciências Sociais na USP, e mantinha relações estreitas com o pessoal do *Pagu*, sobretudo a partir das discussões sobre raça e cor. Heloisa e Lilia também estiveram juntas num seminário sobre formas de nomeação, organizado por João Pina-Cabral, tema que também apareceria nas discussões do futuro grupo da USP. As articulações

entre nome e gênero, de outra parte, sugeriam pistas e inspirações que reencontravam as já mencionadas preocupações sobre impermanência e inconstância das identidades sociais, uma vez que estas eram entendidas como respostas políticas contingentes que escapavam de definições normativas fechadas. Nesse sentido, seria possível aproximar a dessubstancialização da “etnia” promovida pelos estudos de etnicidade e a dessubstancialização do “gênero” promovida pelos estudos feministas – como argumentava Mariza Corrêa, em sua reflexão sobre “a natureza imaginária do gênero na história da antropologia” (Corrêa, 1995) e que ecoava em parte o impacto da leitura, então ainda recente, de Donna Haraway (1991) e Judith Butler (2003).

A ideia das “diferenças em relação” punha em xeque a integridade supostamente estável e duradoura de qualquer marcador que fosse acionado como categoria de identidade, e isso trazia consequências tanto teóricas quanto políticas. Era, portanto, totalmente diferente da visão mais convencional de tratar categorias como uma lista de classes censitárias – sexo/gênero, cor/raça, orientação sexual, idade etc. – que apenas eram justapostas. Assim como era muito diferente de analisá-las simplesmente como eixos superpostos de subordinação.

Vale destacar esse último ponto, pois era o que talvez despertasse mais discussões. Para contextualizar um pouco essa história, cabe recordar os eventos acadêmicos no campo da antropologia e das ciências sociais sobre sexualidade e gênero que aconteceram nesse começo dos anos 2000, a partir da implantação do CLAM - Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, no Rio de Janeiro. Em 2003, o CLAM, com apoio da Fundação Ford, promoveu dois seminários acadêmicos em parceria com núcleos de pesquisa atuantes nas temáticas: primeiro com o NIGS – Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, da Universidade Federal de Santa Catarina (Grossi et al., 2005) e depois com o Pagu-Unicamp (Piscitelli, Gregori & Carrara, 2004). Esses foram os marcos iniciais de uma estratégia de articulação de diálogos entre pesquisadores, ativistas e formuladores de políticas e leis que se ampliaria ao longo da década em torno do que então se chamava de “políticas sexuais” e “culturas sexuais” (note-se que a USP, então, estava fora desse mapa).

Nesse mesmo ano de 2003, com apoio do CLAM, o 27º Encontro Anual da ANPOCS abrigou a mesa-redonda “Sexualidade, gênero e família”, que posteriormente abriu caminho para a constituição do Seminário Temático e do Grupo de Trabalho “Sexualidade, Gênero e Corpo”, de início coordenado por Bibia Gregori, Sergio Carrara e Júlio Simões, e que se encontra em atividade até o presente. Essas iniciativas contribuíram decisivamente para estabelecer fóruns de debate e estimular a formação de jovens pesquisadores voltados a

temáticas sobre gênero, sexualidade e suas conexões em diferentes universidades e centros de pesquisa, recolocando-as em outro patamar institucional na produção de conhecimento na antropologia e nas ciências sociais no país.

É hora de falar de como Laura entra nessa história. Laura havia iniciado sua formação no Núcleo da Cor, do Laboratório de Pesquisa Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, sob orientação de Yvonne Maggie e tendo passado ainda pela Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (CIEC) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ, sob coordenação de Heloisa Buarque de Hollanda. Inicialmente pesquisou no campo de relações raciais, tendo assim uma trajetória ligada à produção de Lília – todos atuaram no Projeto Abolição, financiado pela Fundação Ford, por ocasião do Centenário da Abolição dos Escravos no Brasil, que também incluiu Patrícia Birman (PPCIS/UERJ) – seguindo posteriormente para a articulação de raça com sexualidade e nação, que resultou na tese *Razão, Cor e Desejo: uma análise dos relacionamentos afetivos-sexuais inter-raciais no Brasil e na África do Sul* (Moutinho, 2004), sob orientação de Peter Fry, que naquela época já havia saído de Campinas e da Fundação Ford e migrado para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ. Foi pelo tema da tese e do contato com Peter que teve início a relação intelectual e afetiva de Laura com Sérgio Carrara, que começava então a articular redes para a criação do CLAM no IMS/UERJ, como já mencionado. O próprio PROCAD que viemos a estabelecer com Cristina Donza Cancela e Jane Beltrão (que também fizeram formação na UNICAMP, tendo sido Cristina orientanda de Mariza Corrêa no mestrado), Flávio Leonel e Denise Schaan, foi fruto dessa rede de relações articulada pelo CLAM: gênero, raça, sexualidade e o enfrentamento dessas questões sob a então nascente perspectiva dos direitos humanos era o campo que nos unia.

Júlio e Laura se encontraram diversas vezes por ocasião das atividades na ANPOCS e demais eventos que contavam com apoio do CLAM – um deles, vale lembrar, foi o VIII CISO (Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste), realizado na Universidade Federal do Pará, em 2005, quando começaram a se forjar as conexões para o futuro projeto de cooperação acadêmica com aquela instituição. Laura, a partir da rede de relações estabelecidas pelo CLAM, que foi mantida quando de seu ingresso na USP, coordenou por anos GTs no CISO, RBA e em inúmeros outros congressos, na interface com sexualidade, com Fabiano Gontijo, à época professor na UFPI e hoje na UFPA.

Na publicação resultante do seminário realizado no Pagu, *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*, Júlio, Laura e Heloísa (esta, em parceria com

Esther Hamburger) contribuíram com trabalhos, sendo que os artigos de Júlio e Laura fizeram parte de uma mesma seção, chamada “Novas interfaces das homossexualidades”. O capítulo de Júlio remetia a uma discussão sobre homossexualidade masculina e curso da vida, problematizando a noção de “identidade homossexual” como própria de um modelo de certa geração que se constituía como “gay” e agora encarava seu próprio envelhecimento como um “envelhecimento gay” (Simões, 2004). Esse era um jeito de pensar intersecções sobre sexualidade, gênero e curso de vida (Debert, Simões & Henning, 2016), mas ainda não havia qualquer menção às noções de “interseccionalidades” ou “marcadores de diferença”.

Já o artigo da Laura, uma primeira reflexão sobre sexualidade, raça e direitos na África do Sul, terminava com esta advertência: “a discriminação contra homossexuais e negros precisa ser qualificada: não se trata de operar como uma soma de prejuízos ou apenas um acúmulo de sujeições combinadas” (Moutinho, 2004, p. 361). O recado era nítido: é preciso problematizar essas relações. Não havia referência a “interseccionalidades”, tampouco a McClintock. Mas estava ali assinalada uma sacada importante na perspectiva do entendimento dos marcadores de diferença como “categorias em articulação”, uma ideia já presente na sua tese de doutorado (Moutinho, 2004) e que viria a ser o propósito da nossa linha de pesquisa emergente. De fato, foi somente pouco depois, quando nos deparamos com o desafio de formular a nova linha, que a inspiração associada à obra de McClintock começou a fazer sentido.

E, afinal, o que são marcadores sociais da diferença?

“Marcadores sociais da diferença” foi uma maneira de designar como diferenças são socialmente instituídas e podem conter implicações em termos de hierarquia, assimetria, discriminação e desigualdade. É nesse sentido que entendemos como a problemática dos marcadores remete à tradicional preocupação da antropologia com a “diferença” e com a relatividade: não como atributo inerente a humanos e não-humanos, mas como efeito da operação de complexos sistemas de conhecimento e de relações sociais.

Dessa perspectiva, a diferença é constituída por meio de taxonomias e classificações que acentuam certos sentidos de diferença, ao ponto de tomá-los como corriqueiros, “dados” ou “naturais”, enquanto outros são subestimados ou circunstancialmente esquecidos. O suposto é assim uma noção ampla de processo social, como o meio pelo qual critérios de diferenciação são definidos, disputados, atribuídos, incorporados, reelaborados, combatidos. Diferenças

instituídas socialmente não acarretam necessariamente desvantagens ou desníveis de prestígio, poder e riqueza; com frequência, porém, são marcadas por desigualdades no plano das representações sociais, que dão respaldo a posições e relações de assimetria, exclusão e iniquidade (Fry, 2012). Além disso, categorias classificatórias podem atravessar ou circular por diferentes domínios de relações, interseccionando-os. Categorias de gênero e sexualidade, com frequência, se inscrevem em matrizes classificatórias de cor e raça, constituindo uma linguagem poderosa para expressar hierarquias e desigualdades sociais mais amplas.

Na esteira dessas formulações, pode-se reconhecer a influência de certa agenda antropológica, identificada com a mencionada produção da Unicamp, da virada dos anos 1970 para os anos 1980, que tanto se voltou para repensar a relação entre raça e gênero na conformação das linhas e linhagens de pesquisa na antropologia no Brasil, como também realçou como sexualidade e gênero estavam articulados a processos de diferenciação e desigualdade imbricados a raça e classe (Corrêa, 1996; 2000). Nesse marco, desenvolveram-se proposições acerca de como sistemas de conhecimento da sexualidade imbricavam-se com ideologias e normatividades sobre gênero e classe; de como noções de hierarquia e desigualdade, quando expressas por meio da linguagem da diferença sexual e racial causavam um impacto profundo e duradouro, precisamente por conta de sua capacidade de promover a crença na “naturalidade” dessas diferenças (Fry, 1982b; Stolcke, 1991; 1993); e ainda, de como uma compreensão relacional do erotismo contribuía para pensar movimentos capazes de reconfigurar hierarquias sociais e considerar diferentes modalidades de negociações situacionais em face de percursos de desigualdade e gestão de vulnerabilidades e riscos de violência (Perlongher, 2008). Porém, esses estudos não usavam o termo “marcador social de diferenças” para se referir a taxonomias e classificações que entrecruzavam raça, gênero, classe, idade. Uma formulação próxima nessa acepção foi a de Perlongher, em sua análise sobre prostituição homossexual masculina, que propôs que esses quatro eixos classificatórios operavam como “tensores libidinais” constitutivos de um jogo rico e dinâmico entre atribuições e deslocamentos de categorias identitárias. (Perlongher, 2007, p. 248 *passim*; Simões, 2008).

É difícil afirmar quem, na linhagem da antropologia no Brasil, teria empregado pela primeira vez “marcador social” neste sentido de diferença socialmente instituída que pode acarretar discriminação e desigualdade. O registro mais antigo que levantamos foi feito por Verena Stolcke, em 1993, na versão em inglês de seu artigo “Is sex to gender as race is to ethnicity”, quando ela afirma: “Whenever ‘race’ is employed as a marker of social difference and inequality,

we are dealing, no less than in the case of ethnicity, with a socio-historical construct” (Stolcke, 1993, p. 28)¹. Nesse artigo, e em outros publicados posteriormente (Stolcke, 1995; 2002; 2006), Verena discute “intersecções” entre raça, gênero, sexualidade, etnicidade e nacionalidade. Mariza Corrêa, logo na introdução de seu artigo “Sobre a invenção da mulata”, publicado nos Cadernos Pagu em 1996, apresenta as categorias classificatórias de gênero e raça como “marcadores sociais de diferenças” (Corrêa, 1996, p. 38), e realça a importância de explorar as “afinidades e conflitos” entre gênero e outros marcadores sociais². Esse uso reapareceu nas discussões que levaram à construção do projeto “Gênero, Corporalidades”; e de alguma maneira ele acabou transportado – provavelmente por culpa de Júlio – para a nomeação da nossa linha de pesquisa e do nosso núcleo.

No horizonte de influências recebidas no Brasil, no começo dos anos 2000, a questão das “intersecções” entre eixos e categorias de diferenciação social ganhou força a partir dos debates feministas e dos estudos de gênero travados principalmente nos EUA, nos anos 1990, que davam ênfase ao caráter multifacetado do posicionamento social das mulheres. Tais discussões, por sua vez, vinham ao encontro de questionamentos à suposta homogeneidade da categoria “mulher” formulados sobretudo por autoras ligadas ao feminismo negro e mestiço e ao feminismo lésbico, desde os anos 1970 e 1980, nos EUA (Davis, 1981; Hooks, 1981; Lorde, 1984; Moraga & Anzaldúa, 1982). Desse modo, problematizavam também a suposição de que gênero fosse “o” marcador primordial, ou preferencial, ou transcultural “da” diferença e “da” desigualdade.

No contexto estadunidense, o conceito de “interseccionalidade” ficou associado a Kimberlé Crenshaw. Perseguindo as críticas do feminismo negro, Crenshaw cunhou o conceito tendo como alvo estratégias políticas dos movimentos feministas e antirracistas em face aos dispositivos legais de luta contra a discriminação, que, dentro da tradição jurídica anglo-americana, promoviam a segmentação e reificação de categorias exclusivas de sexo/gênero e raça (Crenshaw, 1989). No questionamento de uma operação jurídica de segmentação e compartimentalização, a noção delineava uma identidade social

¹ “Onde quer que se empregue ‘raça’ como marcador de diferença e desigualdade social, estamos lidando, não menos do que no caso da etnicidade, como um construto sócio-histórico”. Na versão prévia em português, usa-se “indicador” e “indicadores dos limites do grupo” no lugar de “marcador” e “marcadores” (cf. Stolcke, 1991, p. 109 e 100). Agradecemos a Sonia Hotimsky por chamar nossa atenção para esse ponto.

² “...se não podemos pedir ao marcador de gênero mais do que ele pode oferecer em termos de consequências teóricas, talvez estejamos deixando de explorar seus limites, ao deixar de explorar suas fronteiras, ou seja, suas afinidades e conflitos com outros marcadores sociais”. (Corrêa, 1996, p. 38)

(a “mulher negra”), “que padece da soma de discriminações, mas que surge ao mesmo tempo com autonomia nesse processo, não sendo apresentada somente como um somatório.” (Moutinho, 2014, p. 207). As críticas a Crenshaw tendem a incidir nos deslizamentos que a noção de interseccionalidade pode sofrer quando tratada em termos estruturais e quando evoca a imagem de identidades posicionadas em cruzamentos ou intersecções de eixos de opressão (Crenshaw, 2002). Adriana Piscitelli apresentou a versão talvez mais influente dessa crítica no contexto de debates a que nos referimos: trata-se de uma leitura “sistêmica” que tende a pensar gênero, raça e classe “como sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam identidades exclusivamente vinculadas aos efeitos de subordinação social e desempoderamento” (Piscitelli, 2008, p. 267).

Em boa parte das pesquisas brasileiras mais recentes sobre gênero e sexualidade que incorporam raça, Crenshaw dividiu a influência com autoras como Anne McClintock (2010) e Avtar Brah (2006), evocadas com frequência para salientar uma concepção menos “sistêmica” e mais “construcionista” (Piscitelli, 2008) que presta atenção tanto nos efeitos de sujeição dos “marcadores articulados” como também nos recursos e modos de agência diversificada que essas articulações ou intersecções possibilitam – envolvendo coerção, por certo, mas também negociação, compromisso, cumplicidade, imitação, recusa, revolta, bem como a construção de si (Moutinho, 2014)³.

Mesmo considerando as importantes influências dessas discussões recentes sobre interseccionalidades e categorias de articulação, acreditamos ser possível afirmar que há um campo de pesquisas e reflexões sobre entrecruzamentos de marcadores sociais da diferença - inclusive em termos de experiências sociais que articulam múltiplos aspectos de dominação e subjetivação que não podem ser compartimentalizados – que está se configurando na antropologia no Brasil desde pelo menos o final dos anos 1970 (Carrara & Simões, 2007; Moutinho, 2014). Pode ter havido deslocamentos conceituais e mudanças de ênfase, mas há uma continuidade perceptível nas preocupações centrais. Mas esse também é um reconhecimento que a vantagem do tempo nos ajuda a trazer.

Nesse percurso, de certa forma, acabamos por reencontrar velhas e duradouras preocupações da antropologia em compreender como formas sociais se constituem em complexos de relações. Essa foi a maneira pela qual o próprio conceito de cultura foi revisitado e revitalizado. Tomemos o ensaio de Manuela

³ Internacionalmente, desde a Colômbia e Manchester, estabelecemos diálogos e interlocuções potentes sobre os “marcadores sociais da diferença” com Mara Viveros, Fernando Urrea e Peter Wade, como mostra a coletânea por eles organizada (Wade, Urrea & Viveros, 2008).

Carneiro da Cunha (2009) sobre conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais, que sugere a noção de “cultura” (com aspas), para destacar os usos reflexivos e políticos da cultura – qual seja, a capacidade metalinguística da cultura de, ao falar sobre si mesma, ser o que produz. Interessada na maneira como praticantes da cultura a objetificam, num regime de etnicidade, em proveito próprio, a reflexão da antropóloga permitia um uso mais abrangente do conceito – com e sem aspas – sem descurar ou desautorizar nenhuma das formas. Isso nos soava próximo às preocupações com “a maneira como as categorias de classificação suscitam, proclamam e até criam seu próprio contexto de relevância” (Crapanzano, 2002, p. 444). E, afinal, era isso que muitas das pessoas que estudávamos estavam a produzir. Isso tudo que – desde o contexto da Constituição Cidadã de 1988, retomado com novo vigor nos anos 2000 – levava antropólogas e antropólogos a se engajarem em questões pragmáticas, visando defender um catálogo de direitos mais amplo e plural para a população brasileira, que implicava o reconhecimento de terras indígenas e de quilombolas, assim como o reconhecimento de demandas civis, sociais e políticas associadas a raça, gênero, sexualidade. “Sujeitos” e “objetos” de conhecimento punham (e põem) a cultura na prática, borrando assim esses limites dicotômicos, esquemáticos, de modo a desvelar os diálogos – que muitas vezes, são também ásperos e difíceis – inevitavelmente constitutivos da produção do conhecimento.

Como os marcadores sociais de diferença aparecem em nossas pesquisas?

Não há cânone nem uniformidade no modo como a abordagem dos “marcadores sociais da diferença” tem aparecido em nossa produção. Não há, tampouco, como estabilizar uma lista fechada de categorias que operam como marcadores, pois estas dependem das possibilidades de leitura, interpretação e análise que se apresentam e se reconhecem no contexto de cada pesquisa. Apresentamos aqui algumas considerações a esse respeito, com base em nossas diferenciadas experiências e trajetórias de pesquisa.

No caso de Júlio, para o amadurecimento da proposta e de suas possibilidades de aplicação, foram de grande importância as reflexões desenvolvidas no âmbito da pesquisa internacional “Relações entre Raça, Gênero e Sexualidade em Diferentes Contextos Nacionais e Locais”, financiada pela Fundação Ford e pelo CNPq – que Laura coordenava pelo CLAM/IMS/UERJ e trouxe para o Departamento de Antropologia da USP e para o CEBRAP depois de seu

ingresso como docente – assim como a elaboração do projeto de cooperação acadêmica com a UFPA. Os artigos assinados em conjunto, que emergiram como produtos parciais dessa pesquisa, exploram e ilustram algumas possibilidades de análise. Um caminho, tratando de contextos e situações de sociabilidade juvenil em São Paulo que envolvem afeto e erotismo, foi procurar analisar tanto as retóricas classificatórias que ordenam as interações como os deslocamentos efetuados nos próprios sistemas classificatórios que articulam raça, cor, gênero e sexualidade, à medida que são operados pelas pessoas em relação (Simões, França & Macedo, 2010; Simões et al., 2010). Outro caminho, explorando contextos de sociabilidade juvenil na Cidade do Cabo, foi levar em consideração diferentes trajetórias sociais para mostrar como pessoas põem em questão, negociam ou se reposicionam em relação a repertórios culturais e emocionais herdados do apartheid e ressignificados contemporaneamente que dizem respeito a determinadas expectativas e performances de gênero, raça, sexualidade e língua (Moutinho et al., 2010 e Lopes & Moutinho, 2012). Categorias e narrativas são usadas tanto para desafiar a suposição de “um estoque fechado de interpretações para cada vida e cada cultura” (Pina-Cabral, 2005, p. 4), como para revirar e transformar os próprios modelos teóricos com que operamos (Morawska, 2017, p. 236-237) – na direção, talvez, de compreender como as próprias etnografias constituem campos em disputa. Enfrentam-se nesse cenário os limites e possibilidades da perspectiva comparada internacional quando a abordagem envolve os marcadores sociais da diferença: a definição de raça/cor, por exemplo, somente fez sentido quando entendemos que havia em cada localidade algo que era articulado como “raça”, com lógicas e sentidos dados em cada contexto. A comparação internacional evidenciou a impossibilidade de operarmos com definições prévias ou que não sejam “nativas” quando o foco são os marcadores sociais da diferença e as dinâmicas, sempre múltiplas e nada conexas, da interseccionalidade e da desigual distribuição de poder (Moutinho & Carrara, 2010; Carrara & Simões, 2007)

No caso da Laura com essa pesquisa e a partir da força etnográfica da ideia de ressentimento, inicia-se um percurso voltado para pensar os marcadores sociais da diferença e interseccionalidade pela ótica da emoção e da moral. Se a investigação que resultou na tese de doutorado representou um ponto de inflexão em seu percurso do campo de relações raciais – raça sempre foi compreendido como em relação com brancos, negros e mestiços pela pesquisadora – para a articulação com sexualidade, gênero e nação em perspectiva comparada internacional (Brasil e África do Sul), com a coordenação de uma pesquisa que comparou Estados Unidos, Brasil e África do Sul seguida da experiência etnográfica com o assassinato de um líder da extrema direita white

africânder e religiosa sul-africana, um novo cenário se abriu no sentido de se refletir sobre noções belicistas tanto de raça quanto de gênero em contextos de violência extrema e na reconstituição do tecido social, após experiências como a do apartheid na África do Sul ou a guerra civil, como em Moçambique.

No caso de Lilia, a longa pesquisa em torno do escritor Lima Barreto, que resultou numa biografia publicada em 2017, a intersecção entre marcadores como raça, cor, gênero, região, geração e classe é evidente e articula todos os capítulos do livro. Negro, ele utilizava cor para caracterizar seus personagens. Morador dos subúrbios cariocas, ele articulava sua situação de classe com a noção de região e de deslocamento. Nascido depois da geração de Machado de Assis e da criação da ABL, o escritor criava turmas, redes e associações a partir de uma categoria que manipulava socialmente, nessa República das Letras: a de pertencer aos “novos”. Por fim, as dificuldades de Lima Barreto no que se refere à sua definição em termos de gênero e sexo; o fato de ter morrido solteiro e de relatar poucas relações afetivas, de qualquer tipo, acaba articulando dificuldades sociais de raça, cor, classe e região (Schwarcz, 2017). Enfim, aí estão marcadores sociais de diferença manipulados e agenciados pragmaticamente por um personagem, uma persona da Primeira República brasileira.

Nas pesquisas de Heloisa, a problemática apareceu de modo marcante desde o doutorado na UNICAMP, na pesquisa sobre telenovelas, e o próprio termo “marcadores sociais” já aparecia quando tentava entender como diferenças de gênero, classe, raça e geração afetavam as experiências e o modo como as pessoas interpretavam a novela, em sua etnografia de audiência de O Rei do Gado. (Almeida, 2003). Mais do que isso, a intersecção entre classe e gênero surgiu como central para entender a estruturação da televisão comercial e da Rede Globo no Brasil e, mais recentemente, já docente na USP, no estudo sobre o seriado Malu Mulher (Almeida, 2012), feito no mencionado projeto temático com Lilia, sob coordenação de Sergio Miceli. Em seu trabalho mais recente, Heloisa tem se voltado para investigar as disputas em torno das categorias de violência sexual, num contexto em que a emergência de uma linguagem de direitos é acompanhada da demarcação de novas formas de ameaça, perigo e vulnerabilidade (Almeida, 2016; Gregori, 2016; Carrara, 2015). Heloisa também tem desempenhado um papel central na constituição e atuação da “Rede Não Cala”, uma articulação de professoras da USP dedicada ao combate à violência sexual e de gênero na universidade.

Saindo de nossos próprios trabalhos e contemplando o campo da antropologia no Brasil, pode-se dizer que as linhas de pesquisa de marcadores sociais da diferença expressam em boa parte a crescente influência da abordagem in-

terseccional derivada dos estudos de gênero e raça. Do mesmo modo, muito do que se faz sob a rubrica de “estudos de gênero” na antropologia no Brasil, hoje em dia, compartilha referências que remetem à problemática das interseccionalidades, ou das categorias em articulação (Machado, 2014; França & Facchini, 2017; Sorj, 2017). Sob esse aspecto, “estudos de gênero e “marcadores sociais da diferença” parecem compor uma única grande área temática na antropologia atual, que poderia talvez ser alternativamente designada como “gênero e interseccionalidades”. De outra parte, o movimento em sentido a “raça, gênero e interseccionalidades” tem contribuído para tornar mais complexa a tradicional abordagem de cor e raça a partir de atributos de status e prestígio superpostos a distinções de classe, ao trabalhar dimensões contextuais e relacionais capazes de revelar um racismo multifacetado, embora não menos cruel (Schwarcz, 2012; 2017; Moutinho, 2014). De um modo ou de outro, a noção de marcadores sociais da diferença tem se disseminado como referência de uma variedade de núcleos de pesquisa em programas de pós-graduação emergentes, como no Pará, em Goiás, no Rio Grande do Norte – para citar alguns com os quais temos tido mais interação – que têm claras afinidades, em termos de preocupação e enfoques principais.

O presente volume apresenta uma amostra bastante significativa do leque amplo e crescentemente diversificado de recortes de pesquisa sob a rubrica dos “marcadores sociais da diferença”, cujo tratamento mobiliza um repertório bibliográfico que vai além das referências aqui mencionadas. A questão da materialização de marcadores de diferença em corpos e objetos é com frequência retomada, em desenvolvimentos instigantes, que problematizam vivências de classe, modificação corporal e deficiência. Também se destacam diferentes reflexões sobre gênero e sexualidade como formas estruturantes de desigualdade, assim como raça e classe, e que operam em um âmbito variado de relações sociais e institucionais. Tensões entre discursos ativistas e reivindicações de segmentos sociais emergentes, assim como as diferentes faces da discriminação e da violência, também são problematizadas, realçando a centralidade que a construção de sujeitos e a nomeação de exclusões assumem nesse conjunto de pesquisas e reflexões. O tempo pensado em termos de sensibilidades geracionais cambiantes é outro enfoque promissor, desenvolvido em pesquisas interessadas em situar dinâmicas e deslocamentos em processos e subjetivação e construção de si por meio de formas de sociabilidade e estética, práticas artísticas e culturais. Regionalidade e nacionalidade também se mostram como aspectos centrais em várias situações de pesquisa.

Descortina-se aqui, pois, a rica agenda de pesquisas e reflexões sobre diferença e desigualdade, resultado de um esforço conjunto de trocas, de formação e

produção de conhecimentos. Esta agenda mais acadêmica vem se realizando sem perder de vista a importância das lutas pelos direitos fundamentais e por justiça social que possa combinar igualdade e diversidade. No momento em que vivemos, de nítida queda de nossos valores republicanos, uma coletânea como esta ajuda a mostrar que a luta pelos direitos à diferença está colada à luta por uma sociedade mais justa e democrática.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Heloisa Buarque. *Telenovela, consumo e gênero: "muitas mais coisas"*. Bauru: Edusc/Anpocs, 2003.
- _____. "Trocando em miúdos: gênero e sexualidade na TV a partir de Malu Mulher". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, n. 9, pp. 125-137, 2012.
- _____. "Disputas por significados: 'novas' categorias de violência sexual". João Pessoa, 30ª. Reunião Brasileira de Antropologia, 2016.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque et al. (orgs.) *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.
- ALMEIDA, M. Suely Kofes et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BRAH, Avtar. "Diferença, diversidade, diferenciação". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, 2006, pp. 329-376.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CANCELA, Cristina; MOUTINHO, Laura; SIMÕES, Júlio (orgs.) *Raça, etnicidade, sexualidade e gênero em perspectiva comparada*. São Paulo: Terceiro Nome, 2015.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros, estrangeiros*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPES/ SMC/ Companhia das Letras, 1992.
- _____. " 'Cultura' e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais". In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CARRARA, Sergio. "Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo". *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, pp. 323-345, 2015.
- CARRARA, Sergio; SIMÕES, Júlio Assis. "Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira". *Cadernos Pagu*, n. 28, pp. 65-99, 2007.
- CORRÊA, Mariza. "A natureza imaginária do gênero na história da antropologia". *Cadernos Pagu*, n. 5, pp. 109-130, 1995.
- _____. "Sobre a invenção da mulata". *Cadernos Pagu*, n. 6/7, pp. 35-50, 1996.
- _____. "O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira". *Etnográfica*, Lisboa, v.4, n.2, pp.233-266, 2000.
- _____. "Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal". *Cadernos Pagu*, n. 16, pp. 13-30, 2001.
- CRAPANZANO, Vincent, "Estilos de interpretação e a retórica das categorias sociais". In: MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcellos (orgs.) *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 443-458, 2002.

- CRENSHAW, Kimberlé. "Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics." *University of Chicago Legal Forum*, 1989, pp. 139-167.
- _____. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero." *Estudos Feministas*, vol. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002.
- DAVIS, Angela. *Women, race and class*. Londres: Women's Press, 1982.
- DEBERT, Guita; SIMÕES, Júlio Assis; HENNING, Carlos Eduardo. "Entrelaçando gênero, sexualidade e curso da vida: apresentação e contextualização". *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 19, n. 2, pp. 3-12, 2016.
- EULALIO, Alexandre et al. *Caminhos cruzados: linguagem, antropologia, ciências naturais*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- FRANÇA, Isadora & FACCHINI, Regina. "Estudos de gênero no Brasil: 20 anos depois". In: MICELI, S; MARTINS, C.B. (org.) *Sociologia brasileira hoje*. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2017, pp. 283-357.
- FRY, Peter. "Homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros". In: FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 54-86, 1982a.
- _____. "Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil". In: FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 87-115, 1982b.
- _____. *A persistência da raça: estudos antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. "Diferença, desigualdade, discriminação". In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos (org.) *Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro/ Brasília: Contra Capa/ LACED/ Associação Brasileira de Antropologia, pp. 227-233, 2012.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GREGORI, Maria F. *Prazeres perigosos: erotismo, gênero e os limites da sexualidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- GROSSI, Miriam Pillar et al. (org.) *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. Londres/ Nova York: Routledge, 1991.
- HOOKS, bell. *Ain't I a woman*. Boston: South End, 1981.
- LOPES, Pedro; MOUTINHO, Laura. "Uma nação de onze línguas? Diversidade social e linguística nas novas configurações de poder na África do Sul." *Tômo (UFS)*, v. 20, p. 27-57, 2012.
- LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. Freedom: Crossing Press, 1984.
- MACHADO, Lia Zanotta. "Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, pp. 13-46, 2014.
- MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcelos (orgs.) *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.
- MORAGA, Cherrie & ANZALDÚA, Gloria (orgs.). *The bridge called my back: writing by radical women*. Watertown: Persphone, 1981.
- MORAWSKA, Catarina. "Vozes da diferença: tempo e transformação entre educadores populares em Pernambuco". *Ilha – Revista de Antropologia*, vol. 19, n. 2, pp. 213-244, 2017.
- MOUTINHO, Laura. *Razão, "Cor" e Desejo: Uma Análise Comparativa sobre Relacionamentos Afetivo-Sexuais "inter-raciais" no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: UNESP, 2004.

- _____. "Sexualidade, 'raça' e direitos na África do Sul: primeiras reflexões." In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sergio (orgs.) *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 345-363, 2004.
- _____. "Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, pp. 201-248, 2014.
- MOUTINHO, Laura & CARRARA, Sérgio. "Raça e sexualidade em diferentes contextos nacionais". *Cadernos Pagu*, v. 35, p. 1-26, 2010.
- MOUTINHO, Laura et al. "Retóricas ambivalentes: ressentimentos e negociações em contextos de sociabilidade juvenil na Cidade do Cabo". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 35, pp. 139-176, 2010.
- PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PINA-CABRAL, João de. "O limiar dos afectos: algumas considerações sobre nomeação e constituição social de pessoas". Campinas, Aula Inaugural de Pós-graduação em Antropologia Social da UNICAMP, 2005.
- PISCITELLI, Adriana. "Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras". *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, pp.263-274, 2008.
- PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sergio (orgs.) *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- _____. *Lima Barreto, triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SIMÕES, Julio Assis. "Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades sexuais." In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sergio (orgs.) *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 415-447, 2004.
- _____. "O negócio do desejo." *Cadernos Pagu*, n. 31, pp. 535-546, 2008.
- SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora; MACEDO, Marcio. "Jeitos de corpo: cora/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 35, pp. 37-78, 2010.
- SIMÕES, Júlio Assis et al. "Desire, hierarchy, and agency: youth, homosexuality, and difference markers in São Paulo." *Sexuality Research and Social Policy*, vo. 7, n. 4, pp. 252-269, 2010.
- SORJ, Bila. "Estudos de gênero no Brasil: 20 anos depois. Comentários". In: MICELI, S; MARTINS, C.B. (org.) *Sociologia brasileira hoje*. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2017, pp.359-368.
- STOLCKE, Verena. *Marriage, class, and colour in nineteenth century Cuba*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- _____. "Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade?" *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 20, pp. 101-119, 1991.
- _____. "Is sex to gender as race is to ethnicity?". In: DEL VALLE, Teresa (org.) *Gendered anthropology*. Londres/ Nova York: Routledge, 1993.
- _____. "Cultural fundamentalism: new boundaries and new rhetorics of exclusion in Europe". *Current Anthropology*, vol. 36, n.1, pp. 1-24, 1995.
- _____. "A 'natureza' da nacionalidade. In: MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcellos (orgs.) *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 409-439 2002.
- _____. "O enigma das intersecções: classe, "raça", sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX". *Estudos Feministas*, vol. 14, n. 1, pp.15-42, 2006.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva; problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

_____. *Reproducing the future: anthropology, kinship, and the new reproductive technologies*. Nova York: Routledge, 1992.

WADE, Peter, URREA, Fernando & VIVEROS, Mara (Orgs.). *Raza, etnicidad y sexualidades: ciudadanía y multiculturalismo en América Latina*. Bogotá: Lecturas CES, 2008.